



RELAÇÕES DE TRABALHO, CORONELISMO, PATRIARCALISMO E PATERNALISMO NAS FÁBRICAS TÊXTEIS PERNAMBUCANAS (1920-1930)

Juçara da Silva Barbosa de Mello¹
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo: Na conjuntura de forte concorrência e escassez de mão de obra - experimentada pela indústria têxtil pernambucana nas décadas de 1920-30 - o oferecimento de "vantagens" ao trabalhador significava, antes, uma estratégia de atração e manutenção da força de trabalho oriunda do *sertão*, do que propriamente um consciente projeto modernizador e civilizatório, conforme proclamado por industriais como os Lundgreen e Bezerra de Mello. A disponibilidade de uma mão de obra barata e eficiente era exigência fundamental para a ocupação de um bom lugar no mercado, o que justifica, com a sua ausência, a feroz disputa travada, tanto a nível nacional quanto local, como revela o conflito travado entre esses dois *coronéis da indústria* pernambucana. O poder e a autoridade, de que se valiam esses *coronéis*, compunham um repertório de elementos que, no processo histórico, foram material e culturalmente sedimentados.

Palavras-chave: Relações de trabalho; Coronelismo; Companhia de Tecidos Paulista; Cotonifício Othon Bezerra de Mello.

WORK RELATIONS, COLONELISM, PATRIARCHALISM AND PATERNALISM IN PERNAMBUCAN TEXTILE FACTORIES (1920-1930)

Abstract: In the context of strong competition and labor shortages experienced by the Pernambuco textile industry in the 1920s and 1930s, the offer of "advantages" to the worker meant, first of all, a strategy of attraction and maintenance of the labor force originating in the hinterland, that properly a conscious modernizing and civilizing project, as proclaimed by industrialists such as the Lundgreen and Bezerra de Mello. The availability of cheap and efficient labor was a fundamental requirement for occupying a good place in the market, which justifies, with its absence, the fierce fighting at both national and local level, as the conflict between these two colonels of the Pernambuco industry. The power and authority of these colonels were a repertoire of elements which, in the historical process, were materially and culturally settled.

Keywords: Labor relations; Colonelism; Company of Textiles Paulista; Cotonificio Othon Bezerra de Mello.

A indústria têxtil pernambucana

Em artigo publicado em 1930, por Othon Lynch Bezerra de Mello, na Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, do qual era sócio, fornece informações importantes para uma caracterização histórica da indústria têxtil pernambucana. Bezerra de Mello relata que a primeira tentativa de implantação de uma fábrica de tecidos regular no estado data de 1826. Com o fracasso desta, somente muitos anos depois, especificamente em 1876, o Comendador Barroca fundaria a Fábrica de Tecidos Magdalena nos arredores do

¹ E-mail: jsbmello@puc-rio.br.

Recife, transformada na Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, uma das mais prósperas do estado, à época.²

A prosperidade da Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco só viria a ocorrer, segundo Bezerra de Mello, com o “advento da República”. Neste momento, não só a Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco viria a obter sucesso, mas as demais que estavam sendo fundadas, como a Companhia de Tecidos Paulista, Fábrica de Tecidos de Apipucos e Fábrica Goianna. O insucesso da indústria têxtil pernambucana até a chegada da República é atribuído à necessidade de grande investimento na “educação e o treino do operariado”, e aos “largos salários atribuídos aos mestres ingleses”,³ além da concorrência com similares estrangeiros.

Após descrever uma a uma as fábricas que foram sendo fundadas no estado, especificando respectivamente os ramos de produção, Bezerra de Mello apresenta uma síntese do desenvolvimento da indústria têxtil pernambucana até aquele momento.

A fase inicial foi a da fundação da primeira fábrica, em 1876; a segunda começa em 1890, com a fundação da Paulista, da Industrial Pernambucana, da Apipucos, da Goyanna e da Fábrica de Malhas da Várzea, pertencente à Firma Pereira Carneiro & Cia; nova paralisação até 1908 em que se funda a Fábrica de Morenos, e de 1925 em diante, em que se fundam a Pirapama, a Tacaruna, a Bezerra de Mello, a Tecelagem de Seda e Algodão e o Cotonifício José Rufino. Assim, levamos 52 anos ou pouco mais de meio século para criar e ampliar uma indústria que já ocupa o terceiro lugar na riqueza do Estado [...] com uma produção de setenta milhões de metros, dando trabalho a dez mil operários e consumindo 712 milhões de quilos de algodão, ou seja, metade da nossa produção!⁴

A proliferação de fábricas têxteis em Pernambuco, na segunda metade da década de 1920, fez estender para o nível estadual uma concorrência que já vinha ocorrendo de forma acirrada em nível nacional.⁵ Das oito fábricas que foram

² MELLO, Othon L. Bezerra. A Evolução da Indústria de Tecidos de Algodão em Pernambuco. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**. v. XXIX, n. 135-142, 1928-1929. p. 51-58.

³ Idem.

⁴ MELLO, Othon Bezerra. Op. Cit., p. 54.

⁵ As razões que ocupam o quarto e quinto lugares na justificativa pela queda dos lucros da Companhia de Tecidos Paulista, doravante CTP, em 1924 são referentes à concorrência existente, em nível nacional e regional entre as companhias têxteis. Diz o relatório: “[...] Em quarto lugar é

instaladas ou ampliadas em Pernambuco na década de 1920, quatro pertenciam ao Grupo Othon, são elas: a Apipucos, a Amalita, a Bezerra de Mello e a Malharia Anita, tornando esse grupo empresarial um concorrente que não seria ignorado pela CTP, durante muito tempo líder da atividade industrial têxtil do Estado.⁶

A questão da mão de obra

A abundância de uma mão de obra mais barata, somada ao fato de que pagavam cerca de 20% a menos pelo algodão em rama, por se encontrarem no centro do cinturão algodoeiro, garantia um certo privilégio às fábricas de tecidos do norte do país. Essa situação só foi percebida pelos industriais têxteis do Rio e de São Paulo nos anos finais da década de 1920, justamente no momento em que a proliferação de fábricas têxteis no Nordeste, associada a outros fatores, gerava transformações significativas neste quadro.

A Companhia de Tecidos Paulista (CTP), foi a companhia têxtil pernambucana que mais se beneficiou com a abundante e barata mão de obra da região, dado que é reconhecido no relatório anual de 1924. Contudo, o reconhecimento dessa vantagem ocorre, paradoxal e estrategicamente, no momento em que tem início a sua perda. Ao enumerar para os acionistas possíveis fatores que pudessem justificar uma lucratividade relativamente baixa naquele período, a CTP declara que:

[...] é preciso notar que a indústria em nosso Estado há anos passados estava em condições de competir francamente com suas congêneres nos outros Estados, em virtude do custo de produção, conseqüentemente da mão-de-obra barata até então existente em nosso Estado, enquanto hoje em dia a mão-de-obra paga em certos Estados como o Sergipe, partes de Alagoas, etc., não chega a ser a terça parte do que somos obrigados a pagar em virtude do aumento do custo de vida proveniente da alta considerável dos dois produtos que são os principais fatores da riqueza do Estado de Pernambuco.⁷

necessário ter em vista que a indústria têxtil, cujo maior desenvolvimento se verifica no Estado de São Paulo, onde a mão-de-obra aperfeiçoada rivaliza com as suas similares de outros Estados, sem o franco auxílio, e por assim dizer verdadeiras subvenções por parte do Governo, que a tornam competidor temível quando comparadas com suas congêneres do Norte, onde infelizmente, não conseguiu ainda amparo semelhante". Apud Ibidem. p.135.

⁶ MELLO, Othon Bezerra de. Op. Cit., p. 55.

⁷ Apud LEITE LOPES, José Sergio. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: Universidade de Brasília; Marco Zero/MCT/CNPq, 1998. p. 135.

Embora não represente qualquer dos itens do citado relatório, o “forçoso aumento” de salários dos operários resultou também da ascensão de novas indústrias que passaram a disputar a força de trabalho. A facilitação das importações de maquinário, enquanto beneficiava um grupo de novas indústrias ou as que necessitavam modernizar-se, tornava-se prejudicial àquelas que já dominavam o mercado, como a Companhia de Tecidos Paulista em Pernambuco, pois permitia a ascensão de novos concorrentes. Nesta concorrência, gerada pela ascensão de novas indústrias, a força de trabalho operário possuía importância estratégica.

Os relatórios da CTP referentes aos anos de 1910 e 1920 revelam – conforme análise de Rosilene Alvim – transformações na caracterização de sua força de trabalho, do que parece ter derivado maior investimento na política social da Companhia. Nos relatórios de 1910 e alguns de 1920, a seca é apontada como causa da chegada de trabalhadores do “interior”, constituindo uma força de trabalho “fundamental e barata”. A seca obrigava as famílias camponesas a se retirarem, “por conta própria”,⁸ de seus lugares de origem, para tentar a sobrevivência com o trabalho nas fábricas, que até a segunda metade dos anos 20, significava, quase que exclusivamente, o trabalho na CTP. A utilização da mão de obra *sertaneja* tornou-se uma tradição da Companhia, que se orgulhava do treinamento técnico que oferecia aos operários, garantindo uma mão de obra duplamente útil, pois qualificada e leal.⁹

Os dois aspectos apontados, tidos como favoráveis à CTP, com relação ao recrutamento de sua força de trabalho, sofrem transformação nos anos de 1920. O relatório de 1923 já registra uma diminuição do fluxo de famílias vindas “dos sertões do interior”, justificada pelo preço do açúcar, considerado lucrativo, e pela ausência de seca e valorização do algodão, ao mesmo tempo em que ocorre uma proliferação de novas indústrias no local. Nesse contexto, a CTP passa a lançar mão de estratégias de recrutamento e aliciamento direto dos trabalhadores que constituíam sua mão de obra tradicional. O aliciamento direto das famílias de

⁸ ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. p. 38.

⁹ O investimento na formação técnica do trabalhador era, simbolicamente, percebido como uma dívida, caracterizando essa forma de dominação específica. Cf: Ibidem.

trabalhadores passou a ser feito por *agentes* especializados, como fica evidenciado nos relatos abaixo:

A Companhia mandava os agentes deles pelo interior saber aquelas famílias pobres que precisavam de ganhar dinheiro, tendo família numerosa. Aí juntava uma, duas, três e tal, quatro famílias, sentava ali e eles queria vir, botava tudo num ônibus, cheinho que era uma beleza, traziam praqui.¹⁰

Meu pai veio aqui à procura sabe, aí tinha um agente, que chamava os agentes, não era, que andavam com aqueles ônibus, naquele tempo o pessoal do interior chamava até de ‘sopa’ não é (ri), a gente chamava ‘sopa’ aqueles ônibus, não é. Aí meu pai falou e eles disseram ‘deixe que nós vamos, tem o agente aí, o Mané José, aí nós vamos apanhar vocês.’¹¹

Os industriais se viram diante da necessidade de utilizar atrativos maiores para “seduzir” os camponeses a se deslocarem de seus lugares de origem, do interior,¹² e se aventurarem no “mundo novo,” que era a fábrica. De um modo geral, a miséria era o fator determinante no deslocamento das famílias camponesas para o mundo das fábricas. Qualquer que fosse a possibilidade de permanência no *sertão* e, muitas vezes, de retorno para o “seu interior”, não costumava ser desperdiçada, como indica a fala de um operário que chegou à CTP em 1927: “é esse pessoal lá em cima, acostumado com leite e cuscuz, com toda comida sertaneja, quando chovia ia simhora tudinho”.¹³

Não é por acaso que o discurso civilizatório e modernizador passa a compor o repertório da Companhia. Em 1928, momento de enorme concorrência interna das fábricas do Norte e destas com as do Sul do país, o relatório da CTP expressa o que, de certo modo, reflete as novas condições que se colocam em sua relação com o operariado.

O industrial moderno já não pode fugir à obrigação de fornecer aos seus operários habitações confortáveis e higiênicas, e neste ponto incontestavelmente aparece a Companhia na vanguarda. As casas onde

¹⁰ Relato anônimo de motorista aposentado. Apud LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 46.

¹¹ Relato anônimo de ex-tecelã. Ibidem.

¹² Analisando a transferência de famílias camponesas para o trabalho na CTP, Rosilene Alvim esclarece que “O *interior* é uma categoria genérica que se refere aos mais diversos lugares de origem. Além da conotação de área distante, é também um local onde as pessoas são pobres e vivem ameaçadas em suas condições de sobrevivência. Mas um lugar de onde as pessoas só saíam por se encontrarem envolvidas em alguma crise, e pelo poder de sedução e engano dos *agentes*.” Cf. ALVIM, R. Op. Cit., 21.

¹³ Relato anônimo de ex-operário da CTP. Apud ALVIM, R. Op. Cit., p. 21.

residem os operários da Companhia são construídas nos lugares mais apropriados do território de Paulista e constantemente estamos empenhados em aumentar o número dessas casas. São todas de alvenaria, ladrilhadas e cobertas com telhas de barro.¹⁴

Também em 1928, Bezerra de Mello chama a atenção para as “vantagens” obtidas pelo trabalhador da indústria com relação ao da agricultura. O primeiro “habita casa caiada e limpa” e o segundo vive na “mais absoluta miséria”. Mas apenas o “bom industrial”, adverte o empresário, fornece essas vantagens aos seus operários.

Na conjuntura de forte concorrência e escassez de mão de obra, experimentada pela indústria têxtil pernambucana, o oferecimento de “vantagens” ao trabalhador significava, antes uma estratégia de atração e manutenção da força de trabalho oriunda do *sertão*, do que propriamente um consciente projeto modernizador e civilizatório.

O embate dos coronéis da indústria

O prolapado relatório, em que a CTP lista os fatores causadores da diminuição dos lucros da empresa, deixa de explicitar que uma das maiores causas do forçoso aumento salarial que contribuiu para a configuração desse quadro estava na forte concorrência com as fábricas pernambucanas.

Na liderança desta concorrência estava a Fábrica Apipucos do recém-fundado Cotonifício Othon Bezerra de Mello. A proximidade desta fábrica com a CTP facilitou o recrutamento de muitos de seus operários, já devidamente treinados para o trabalho em postos que necessitavam de maior especialização. É o próprio Bezerra de Mello – como visto acima – quem observa a dificuldade gerada pela “fundação simultânea de tantas fábricas num meio absolutamente desprovido de pessoal tecnicamente habilitado”.¹⁵

Segundo Alvim, a CTP se orgulhava de ser uma “fábrica-escola” que transformava “trabalhadores rurais de diversas procedências em trabalhadores industriais eficientes”. Contudo, os baixos salários tornaram o “contingente

¹⁴ Relatório da CTP do ano de 1928. Apud ALVIM, R. Op. Cit., p. 42.

¹⁵ **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**. v. XXIX, n. 135-142, 1928-1929. p. 52.

operário de Paulista um alvo atraente para as novas fábricas que se instalam em Pernambuco, no final dos anos 20”.¹⁶

Há diversos depoimentos de antigos operários da fábrica que afirmam ter a fábrica da Macaxeira (antiga fábrica de Apipucos), do Grupo Othon, recrutado grande parte de sua mão de obra adicional de operários da fábrica Paulista. Alguns desses ex-operários se deslocaram pra a fábrica Macaxeira no início dos anos 30, retornando depois para Paulista, onde o acesso à casa na vila operária era mais facilitado.¹⁷

A facilidade de acesso à moradia na vila operária acabou se tornando fator determinante na manutenção da mão de obra, o que permite compreender a ênfase dada pela CTP a sua vanguarda no fornecimento aos operários de habitações confortáveis e higiênicas”.¹⁸ Mas, mais do que isso, permite compreender uma mudança nos termos das relações sociais ocorridas entre patrões e operários. Estes, sobretudo os especializados, ganham maior espaço num campo de negociações em que o acesso à moradia na vila operária – um interesse objetivo do trabalhador – é complexificado pela presença de elementos que atuam na esfera do simbólico. Alvim relata que o treinamento dado aos trabalhadores na “fábrica-escola”, como era chamada pelos operários, “traz como contrapartida o sentimento de gratidão que envolve a dádiva”, o dever de lealdade à fábrica que lhes proporcionou uma profissão, o que não significa tratar-se de simples subjugação, mas de um sentimento de dignidade fortemente presente no meio operário.

A concorrência com a fábrica de Paulista chega a um ponto extremo quando, em 1929, surgem os trabalhos de instalação da seção de estamperia da Fábrica Apipucos, pertencente ao Cotonífcio Othon Bezerra de Mello. Na Ata da Assembleia extraordinária de setembro de 1929, o aumento do capital social do Cotonífcio é justificado pela necessidade:

¹⁶ ALVIM, R. Op. Cit., p. 47.

¹⁷ Ibidem. p. 47-48.

¹⁸ A partir de depoimentos de antigos operários da CTP, Leite Lopes chama a atenção para os interesses de disciplinarização, subjacentes ao discurso higienista sobre “as casas confortáveis para os operários. Além disso, apresenta depoimento de ex-operário que caracteriza os “arrudados de Paulista” como uma “senzala melhorada”, confrontando o discurso da CTP, caracterizado pelo autor como uma “pretensão evolutiva” que expressa o “peso da repetição farsante da história”. Cf: LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 145.

de assegurar a empresa condições necessárias ao seu desenvolvimento, como seja alargar a sua área por construção ou aquisição de edifício já construído, quanto à Fábrica Bezerra de Mello e bem assim adquirir a meiação do açude do Monteiro, quanto à Fábrica de Apipucos, assegurando-lhe o serviço de abastecimento d'água indispensável as suas seções de tinturaria, branqueamento e a **projetada seção de estamperia**.¹⁹ [grifo meu]

Enquanto a tensão entre os industriais de tecidos do Norte e Sul era abertamente proclamada, numa disputa protagonizada pela CTP e os Centros Industriais do Rio e São Paulo, o mesmo não ocorre com relação à intensa concorrência local. Para Leite Lopes, essa situação se justifica pelo fato de que a concorrência local seria mais “susceptível de ações diretas e intencionais”, sendo “menos conveniente de sujeitar-se a uma exposição direta”.²⁰ Em outros termos, diz-se que não parecia interessante para os Lundgren que a tensão entre as fábricas locais fosse abertamente anunciada, já que a divulgação poderia gerar embaraços para industriais que costumavam resolver seus problemas – como será visto a seguir – bem ao estilo dos “velhos coronéis”.

Contudo, o acirramento da tensão entre as fábricas do também coronel Othon Bezerra de Mello e a Paulista dos irmãos Lundgren, fizeram vir à tona o que o primeiro considerou como uma “guerra surda”, não declarada, mas já marcada por obscuros incidentes envolvendo o grupo fabril liderado pelo coronel Frederico Lundgren e o emergente Grupo Othon, liderado por Othon Bezerra de Mello, configurando um verdadeiro conflito intra-elites industriais, cujo teor contribui para revelar alguns aspectos do perfil desses empresários.

É o próprio Bezerra de Mello quem, sentindo-se prejudicado nessa batalha, traz a público sua versão dos acontecimentos, por meio de uma carta enviada ao sindicato patronal – CIFTA-Rio (Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro). Nesta carta, datada de 1937, o industrial relata acontecimentos que remontam ao ano de 1928, deixando claro que o início das tensões ocorre no contexto de grandes conflitos entre as fábricas do Norte e do Sul, em função da queda de lucros do setor, mesmo momento em que, localmente, a escassez de mão

¹⁹ ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO COTONIFÍCIO OTHON BEZERRA DE MELLO S/A. In: A PROVÍNCIA, Recife. 17 set. 1929.

²⁰ Cf. LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 135-136.

de obra leva a CTP a instituir, por meio da ação dos *agentes*, o aliciamento direto das famílias camponesas do *interior*, para suprir a carência de força de trabalho da Companhia.

A campanha que me fazia o Coronel Frederico Lundgren recrudesceu ainda pelo fato de eu ter montado em minha Fábrica de Apipucos uma Seção de Estamparia, o que até então era monopólio da Companhia de Tecidos Paulista, pois esta Empresa era a única que, no Norte do Brasil, possuía máquinas de estamparia.²¹

Embora os interesses empresariais tivessem sido o fator preponderante, a concorrência entre as fábricas desses grupos industriais – como era de se esperar – extrapolou os limites dessa esfera. Além de perdas econômicas, uma disputa de poder estava em jogo. O poder e a autoridade, de que se valiam os *coronéis da indústria*, compunham um repertório de elementos que, no processo histórico, foram material e culturalmente sedimentados. O próprio Bezerra de Mello, ao expor considerações sobre as condições em que se davam as relações sociais nos engenhos e nas fábricas, fornece elementos que permitem avaliar crenças e valores que norteavam ações e atitudes de muitos industriais, nas primeiras décadas do século XX. Para ele:

A indústria melhorou moral e economicamente o Brasil. As condições são boas, o operário tem conforto e assistência, mas em algumas fábricas somente. Em outras as condições são ainda lamentáveis, pedem uma legislação que no mínimo faça às vezes dos antigos senhores de engenho, dos bons, dos que amparavam e protegiam toda a gente que vivia ao redor da casa grande.²²

O discurso de Bezerra de Mello, para além de representar uma visão estratégica e favoravelmente idealizada da classe patronal, chama a atenção por duas razões especialmente. A primeira é a ênfase sobre uma suposta melhoria proporcionada pela indústria que – na visão do empresário – além de econômica, era também moral. Mas uma melhoria que ocorria em relação ao período posterior ao fim da escravidão, quando, “destruída a organização agrícola,

²¹ CIFTA-RJ. **Arquivo de Correspondências**. Carta de Othon Lynch Bezerra de Mello, diretor-presidente do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S. A. ao CIFTA-Rio, datada de Pernambuco, em 02 jan. 1937.

²² A PROVÍNCIA, Recife, 8 dez. 1928.

destruídos os laços entre o trabalhador e a “casa grande” (cuja sombra era de proteção e assistência social) começou para o trabalhador brasileiro uma fase de desamparo”.²³

A segunda razão está justamente no que parece ser a solução apontada para essa situação, ou seja, a ideia de que o “desequilíbrio” gerado por um “progresso industrial que se operou desregradamente, com lamentáveis consequências para o bem estar material e moral do trabalhador”, seria a do resgate dos modos em que se davam as relações entre o “bom senhor de engenho e toda a gente que vivia ao redor da casa grande”. O industrial ainda enfatiza a necessidade de uma iniciativa por parte dos industriais que, se assim não procedem, deveriam ser impelidos a fazê-lo por uma “legislação social mais rigorosa”.²⁴

Alguns apontamentos até aqui evidenciados, e outros que ainda serão, revelam a existência de uma significativa distância, entre a dimensão do discurso e a da dimensão da prática, no que se refere aos benefícios sociais oferecidos pelo Grupo Othon aos operários de seu Cotonifício. Apesar disso, mesmo que por meio de uma visão desigual e hierarquizada, parece legítima a crença de que uma modernização conservadora – pela via industrial – seria favorável a todos os segmentos da sociedade, desde que o industrial garantisse “boas condições” a seus operários.

Assim, a herança de uma cultura patriarcal influenciando no comportamento desses industriais é percebida em diversas situações. No caso específico em que ocorre o confronto entre o coronel Frederico Lundgren e Othon Bezerra de Mello, algumas especificidades das ações desses dois *coronéis da indústria* são evidenciadas. De acordo com Álvaro Bezerra de Mello, “o relacionamento de papai com o velho Frederico não era bom, eles eram os coronéis daquela época”, mas eram coronéis diferentes entre si, como fez questão de destacar:

A diferença de nós para os Lundgren era que quando chegavam aquelas famílias vindas do interior de Pernambuco, morrendo de fome, pedindo emprego, eles mandavam as meninas mais bonitinhas de 15, 16 anos

²³ Ibidem.

²⁴ Idem.

para se oferecerem para o coronel Frederico. Esse homem teve mais de 20 filhos, de todas as cores com mais de 20 mulheres diferentes, mas tinha uma coisa: esse homem mandava todos os filhos para serem educados na Inglaterra. Não havia filho bastardo. Ele se casou, mas a mulher morreu uns dois anos depois e aí ele não se casou mais. E tem uma coisa o irmão do Coronel Frederico também teve mais de 20 filhos, também desse jeito [...] A fábrica deles ficava em um outro município, quando as famílias vinham do interior passavam primeiro na Fábrica Paulista, aí quando chegavam na nossa fábrica a gente dizia: não, não aqui não tem nada disso não!!²⁵

É bem possível que as reservas do pai Othon em ostentar o título de coronel, conforme observado no relato de seu filho Álvaro, apresentado acima, tivesse por razão as associações que poderia suscitar com a imagem fortemente consolidada dos irmãos Lundgren, reconhecidos coronéis da maior indústria têxtil do norte do país.

A relativa proximidade geográfica das fábricas de Paulista com a Fábrica de Apipucos (Macaxeira) de Bezerra de Mello, o ramo de negócios, a inserção na política, o caráter paternalista da relação com os operários, são algumas das características que suscitam analogias entre os Lundgren – especialmente o coronel Frederico – com Othon Bezerra de Mello. Analisando a fala de seu filho, Álvaro, décadas após os acontecimentos, percebe-se a permanência e, portanto, a importância alcançada pelo esforço de constituição de uma identidade para o Grupo Othon, e para o próprio Bezerra de Mello, que era quem o personificava. Uma identidade que se desejava diferente da dos Lundgren. O tom de reprovação em torno das atitudes pouco éticas atribuídas ao coronel Frederico Lundgren, feitas por Álvaro através da projeção de uma memória herdada,²⁶ parece ecoar de um relato apresentado por Leite Lopes, no qual um ex-operário da seção de tinturaria da CTP descreve o modo como ocorria a triagem das famílias recém-chegadas do interior.

²⁵ Entrevista com Álvaro Brito Bezerra de Mello, concedida à autora em 24 set. 2010.

²⁶ Os acontecimentos a que Álvaro Bezerra de Mello faz referência ocorreram antes que lhe fosse possível vivenciá-los, para que deles pudesse ter uma lembrança direta, porém, segundo Michael Pollak, os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva dividem-se em dois grupos: os acontecimentos vividos pessoalmente e os “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade a qual a pessoa se sente pertencer. No caso do empresário Álvaro, trata-se de uma lembrança que marca a história familiar e da empresa, que como será visto no decorrer desta análise, encontra-se intimamente relacionada. Cf: POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Quem escolhia (o lugar aonde a pessoa ia trabalhar, ao sair do depósito) era o Coronel Frederico. Quando chegava as famílias do interior, no dia de sair do depósito, ele botava um sofá assim em frente da casa grande e sentava. Aí, aqueles agentes, aqueles empregados mandavam a gente ficar assim de fora numa fila, e ele ia chamando família por família. “Família fulano de tal!” Aí se apresentava. Ficava tudo ao redor dele. Cada um apresentava a mão a ele. O exame que ele fazia era: “Cada um apresente a mão!” Cada um apresentava a mão a ele. Ele passava a mão assim, olhava: “esse aqui tá bom pra tal serviço!” (...) Cada um que ele olhasse as mãos, era assim. Agora, perguntava a religião e perguntava em que o camarada trabalhava, fazia diversas perguntas. A mim mesmo me perguntaram em que eu trabalhava antes (...) Quem tinha a mão fina demais ele não gostava não porque dizia: “Ih! Esse aí vive na malandragem! (risos). Ele queria de mão grossa (risos)”.²⁷

Conforme ressaltado por Leite Lopes, a *teatralização do poder* se constituía em importante elemento de consolidação do sistema de dominação da CTP. O sertanejo aliciado se vê como parte de um cenário que é, “não por acaso, a própria *casa grande*, e não o escritório da fábrica”. Desse modo, “os trabalhadores são admitidos de maneira carismática pelo patrão em pessoa, no lugar o mais ostensivamente simbólico de sua presença e dominação,”²⁸ indicando que a força da herança do patriarcalismo característico das antigas relações senhoriais se fazia presente, como uma tentativa deliberada de manutenção de antigos sistemas de dominação.

No caso do Grupo Othon, o tradicionalismo das relações senhoriais também se fez presente, mas intrínseco a um discurso, que se deseja e se crê, fundamentalmente moderno. Em artigo publicado pelo jornal *A Província*, em 1928, Bezerra de Mello discorre sobre como, na Inglaterra – que considera “a grande mestra dos povos” – o liberalismo vem servindo de modelo às mais avançadas conquistas sociais, sem, entretanto, esquecer seu passado e suas tradições”. Liberalismo e tradição são os elementos essenciais ao equilíbrio necessário para o desenvolvimento “cívico, econômico e moral” de nações “novas”, que “não tem ainda bastante arraigado o sentimento pátrio e o amor à tradição”.²⁹

Um:

²⁷ Relato anônimo de um ex-operário da sessão de tinturaria. Apud. LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 51.

²⁸ LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 52.

²⁹ A NOITE, Rio de Janeiro. 7 mar. 1929.

mal de funestas consequências, precisamos combatê-lo com tenacidade, para que os brasileiros, a exemplo dos ingleses, concorram para a emancipação econômica de sua pátria, sem o que é impossível prosperar e progredir.³⁰

Bezerra de Mello, embora defensor da conservação das tradições – de relações de trabalho tradicionais – concebia a si mesmo como detentor de um “espírito liberal”, que não se conforma em “coagir de qualquer modo a liberdade dos operários”, expressando, com isso, a construção de um discurso fundador de uma identidade que se queria contraposta a de seu maior rival à época; o coronel Frederico Lundgren.

Em 1937, em correspondência privada enviada ao CIFTA-RJ, Othon Bezerra de Mello denuncia as pressões sofridas por parte de seu concorrente, as quais, segundo ele, há muito vinha sendo vítima. A iniciativa da escrita da carta oito anos após o incidente que, à época, através de investigação realizada pela polícia estadual, foi presumida a autoria do coronel Frederico Lundgren, deu-se em função de uma série de fatos ocorridos posteriormente, também relatados na referida carta.

A manutenção de um corpo armado de vigias pela CTP – característica típica do coronelismo tradicional – garantia a esta Companhia o que Leite Lopes chamou de “governo local de fato”. Nesse contexto, a absorção pela fábrica de Bezerra de Mello, de parte da mão de obra oriunda da CTP, podia ser entendida como desrespeito a esse “governo”.

Bezerra de Mello afirmava não ter provas de que o Coronel Frederico Lundgren tivesse sido o mandante do incêndio que destruiu o almoxarifado de uma de suas fábricas, apesar de suas declarações indicarem ser esta a sua maior suspeita. Na *carta-denúncia* que dirige ao CIFTA-RJ, Bezerra de Mello expressa uma representação de si e do coronel Frederico, representação esta que bem traduz sua intenção de demarcar distinções entre ambos.

Não tendo eu inimigos pessoais, benquistos como toda a gente sabe, pelo operariado, a quem venho prodigalizando todas as vantagens – como ensino, médico, dentista, parteira, remédios, enterro, habitação confortável, cinema, bailes, sports, roupas duas vezes por ano, armazéns

³⁰ Ibidem.

providos de todas as utilidades vendidas a preços de custo e prestação – e não tendo elementos para afirmar ter sido o Cel. Frederico Lundgren o autor do incêndio, conforme se murmura pela cidade, quero entretanto oferecer à polícia as informações que se seguem, no sentido de orientá-la nas diligências a que vai proceder.³¹

Bezerra de Mello faz questão de abrir a carta declarando os padrões em que se baseavam sua “boa relação” com o operariado, listando os benefícios com os quais vinha “prodigalizando” todas as vantagens para a mão de obra então em disputa, em função de sua relativa escassez naquele momento. A própria conjuntura que alia escassez de mão de obra no panorama local, devido a todas as razões aqui apresentadas, com o surgimento de novas indústrias, expansão e modernização com introdução de novo maquinário – sem esquecer que, à nível nacional, ocorria a intensificação da elaboração e aplicação de uma legislação social no pós 1930 – devem ser relacionadas à intensificação, nesses anos, da implementação de benefícios sociais para os trabalhadores.

O crescimento da demanda por braços para o trabalho se dá ao mesmo tempo em que ocorre a absorção de parte desses braços na indústria açucareira e, em menor escala, no cultivo do algodão, pondo os trabalhadores em posição que lhes permitiam barganhar melhores condições de vida, porquanto os industriais se viam, direta ou indiretamente, pressionados a oferecer “vantagens” como moradia, assistência médica, escola, lazer, entre outras. Os que cediam à pressão indireta, o que parece ter sido o caso de Bezerra de Mello, ganhavam, tanto a simpatia do operariado, traduzidos em lealdade e dedicação ao trabalho, como legitimação junto ao governo e aos próprios trabalhadores, em função da crescente pressão exercida por estes em torno da prática, pelos empresários, da legislação social.³²

³¹ Carta enviada por Othon Lynch Bezerra de Mello, diretor presidente do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A. ao CIFTA-RJ, data de: Pernambuco, 02 jan. 1937. **Arquivo de correspondências.** CIFTA-RJ. Trechos desta carta são citados nos trabalhos de LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 136-137 e ALVIM, R. Op. Cit., p. 46-47.

³² Não podemos deixar de registrar que a intensificação da adoção de benefícios sociais para trabalhadores, observados no período pós 1930, deve-se também à disseminação da ideologia corporativista que buscava acabar com – nas palavras do próprio Vargas – “O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado”, o que tornava necessário “encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social”. VARGAS, Getúlio. **A nova política no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938 Apud D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, Classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.

A relação da CTP dos Lundgren com o aumento da interferência governamental nas relações de trabalho, a partir de 1930, foi caracterizada por uma enorme resistência às mudanças. O “poder patronal absoluto dos Lundgren” foi abalado com a derrota política sofrida “no bojo da Revolução de 30”,³³ momento em que, curiosamente, Arthur Lundgren e Bezerra de Mello, ambos deputados estaduais, partilhavam da mesma posição política³⁴. Fato que fica evidenciado na biografia de Joaquim de Arruda Falcão, também deputado estadual na época, em que constam registros de sua forte oposição “à oligarquia em Pernambuco, comandada pelo Governador Estácio Coimbra, pelo déspota Estácio Coimbra, segundo ele, e na capital, no Rio de Janeiro, pelo presidente Washington Luís”.³⁵ Em 2 de abril de 1930, quando o governador Estácio Coimbra estava para proferir sua mensagem anual:

Arruda Falcão estava pronto para ouvir a mensagem, sentado na sua cadeira de deputado, no lado da oposição. Começava a sessão do Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco. Ele estava sozinho. Todos os demais deputados sentavam-se do lado do Governo, da Situação: o jornalista Annibal Fernandes, **os industriais Othon Bezerra de Mello e Arthur Lundgren**, o futuro reitor Joaquim Amazonas e tantos outros.³⁶

O posicionamento político no parlamento pernambucano e o próprio caráter da assistência social dirigida aos operários são aspectos em que são observadas convergências nas atitudes desses industriais rivais. Convergências pontilhadas por divergências, como no modo peculiar com o qual cada um reagiu às mudanças decorridas da Revolução de 1930. Os Lundgren partiram para o enfrentamento direto, ignorando o quanto podiam a obrigatoriedade do respeito à legislação do trabalho, reprimindo tenazmente a associativismo sindical de seus

219. Nesse sentido, a concessão de benefícios sociais concorria para a promoção de um estado de cooperação entre as classes, necessária ao progresso econômico e social.

³³ LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 207.

³⁴ Livro de registros da 13ª candidatura do Congresso Estadual de Pernambuco – 1928, 1929, 1930, p. 24.

³⁵ CIRANO, Marcos. Joaquim de Arruda de Falcão: contra o rugir da unanimidade. **Perfis parlamentares do século XX**. Assembleia Legislativa de Pernambuco, Pernambuco. p. 11. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares.html>>. Acesso em: 30 ago. 2012. [grifos meus].

³⁶ Cf: Idem. [grifos meus].

operários,³⁷ formulando argumentos contrários, por exemplo, à limitação das oito horas de trabalho e, posteriormente, à instituição do salário mínimo para o operário da indústria em todo o país. Tais argumentos foram formalmente enviados aos Centros Industriais do Rio e de São Paulo.

Já Bezerra de Mello valeu-se mais da estratégia de um não enfrentamento direto, o que, de forma alguma, significa ausência de repressão ao operariado, que lutava para fazer valer seus direitos. As divergências de princípios e atitudes, tanto da CTP quanto do Grupo Othon, não alteram o fato de que “a intransigência patronal tornou a lei um campo de batalha para os trabalhadores”.³⁸ Como ocorria no território de sua concorrente, no Grupo Othon, a repressão aos trabalhadores em luta fica evidenciada em diversos episódios, como pode ser observado nas resoluções do Conselho Estadual do Trabalho, publicadas no *Diário de Pernambuco* de 3/12/1930, que entre outras determinações, resolveu que seria sua atribuição:

Fazer sentir que protegerá os interesses dos proletários no que forem justos, de logo convidando os responsáveis pelo Cotonifício Othon Bezerra de Mello (a comparecer ao Departamento), uma vez que chegou ao conhecimento do Departamento que operários foram despedidos pelo fato de terem representado quanto às horas de trabalho, sobretudo os daquela fábrica que terá assim violado o acordo feito com o governo. Esta providência torna-se extensiva a todos os patrões.³⁹

Neste período de grande disputa pela mão de obra, demitir operários torna-se um recurso paradoxal, mas de que os industriais lançavam mão como estratégia de manutenção do controle sobre a força de trabalho. A possibilidade de maior espaço para barganha, vislumbrada pelos trabalhadores – decorrida da valorização da mão de obra em função de sua escassez, e somada a uma maior legitimação dos

³⁷ O associativismo sindical dos operários da CTP, segundo Leite Lopes, mostrava-se incompatível com o “sistema de paulista. “Muitos trabalhadores vêm nas demissões em massa que se seguem à repressão ao 1º sindicato operário, em 1932, como a causa do aperfeiçoamento e desenvolvimento quantitativo da política de aliciamento massivo de trabalhadores nas áreas do interior.” O autor cita trechos do depoimento de um ex-sindicalista, que declara que, após o período de mobilização visando associação dos operários ao sindicato, “demitiram em massa. Sem indenização, sem nada. Tinha que desocupar da propriedade em 24 horas. Ai então é que ele mandou buscar (trabalhadores) em massa no interior. Antes, vinha, mas não tinha tanto não. Foi aí que mandou o homem para o interior à cata, para dar Cr\$10,00 por cabeça ao agente. apud. LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 205.

³⁸Cf. FORTES, Alexandre [et. al.]. **Na luta por direitos**. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

³⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 3 dez. 1930. apud. LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 207.

direitos do trabalho no pós 1930⁴⁰ – propiciou o crescimento de movimentos de resistência organizada, e não organizada, ou seja, aquela ocorrida no espaço da produção e fora dele, por meio da ação de indivíduos e grupos, tanto em ações não calculadas, quanto por meio de ações estrategicamente programadas.

As demissões por “insubordinação” não objetivavam, necessariamente, a retirada definitiva do operário do quadro de pessoal da empresa, mas, ao que parece, representava uma suposta “ação pedagógica”, que, através da coerção feita por meio de uma demonstração de poder, pretendia manter os operários em permanente subjugação, intenção favorecida pela insegurança estrutural inerente à vida desses trabalhadores.⁴¹ Diante disso, da ação do Grupo Othon, no sentido de introduzir em seu quadro de pessoal operários demitidos pela CTP, derivou forte e negativa reação por parte do Cel. Frederico Lundgren, como pode ser observado na continuação da carta-denúncia escrita por Bezerra de Mello.

Em 1928/1929 fui procurado pelo Sr. José Gordo, empregado de confiança do Cel. Frederico Lundgren, que veio em nome deste, pedir-me para não aceitar em minhas Fábricas nenhum operário dispensado das Fábricas Paulista e Rio Tinto. Respondi que, naturalmente não aceitaria em minhas Fábricas nenhum operário que se tivesse retirado de qualquer fábrica ou tivesse sido dispensado por faltas graves; mas que aceitaria, não só das Fábricas do referido Coronel, como de outras, os operários que tivessem sido dispensados por ligeiras faltas, ou que se tivessem retirado por incompatibilidades pessoais, necessidades de mudar de clima, ou outros motivos de somenos importância.⁴²

⁴⁰ Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por decreto de 26 nov. 1930, foi logo em seguida decretada a regulação da sindicalização das classes patronais e operárias, pelo decreto 19.770 de 19 mar. 1931. O decreto trazia regras de restrição à autonomia dos sindicatos, mas, por outro lado, continha cláusulas que asseguravam a liberdade de associação do operário ao instituir, por exemplo, indenização aos operários que fossem demitidos, suspensos ou rebaixados de categoria ou nos salários, pelo fato de pertencerem a um sindicato.

⁴¹ Segundo Savage “o traço distintivo da vida operária não se apóia exclusivamente no processo de trabalho [...] nem no mercado de trabalho [...], mas na insegurança estrutural vivida pelos trabalhadores. Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma, e sem apelo a outras agências. Cf. SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio H.M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira (Org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p. 33.

⁴² CIFTA-RJ. **Arquivo de Correspondências**. Carta de Othon Lynch Bezerra de Mello, diretor-presidente do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S. A. ao CIFTA-Rio, datada de Pernambuco em 02 jan. 1937.

A disponibilidade de uma mão de obra barata e eficiente era exigência fundamental para a ocupação de um bom lugar no mercado, o que justifica a feroz disputa travada, tanto a nível nacional – representada pela polêmica gerada em torno da limitação das horas de trabalho e da instituição do salário mínimo nacional – quanto local, como revela o conflito travado entre esses dois *coronéis da indústria* pernambucana. Para além do significado objetivo que representava a perda de uma mão de obra capacitada, o conflito com as fábricas do Grupo Othon, especificamente, estava envolto de significações da ordem do simbólico, traduzidas pela quebra do *sistema paulista* de dominação e controle sobre a força de trabalho. Um sistema complexo, pois fundado, não apenas numa dominação material e física. Nisto, sobretudo, mas também nos pactos de lealdade e reciprocidade, característicos de sistemas paternalistas, forjados sob a *teatralização das relações* entre patrões e operários, conforme constata Alvim:

O fato do treinamento que a fábrica de Paulista se orgulhava de dar a seus trabalhadores – a fábrica-escola, como a ela se referem os operários – traz como contrapartida uma relação que envolve uma série de símbolos representados como dádivas pelos trabalhadores; destes era exigido que agissem de acordo com o agradecimento a esta peculiar lógica do dom.⁴³

É quebrado um monopólio de décadas da Fábrica de Paulista sobre a força de trabalho especializada da seção de estamperia, “a única do Norte do país”,⁴⁴ como destaca o próprio Bezerra de Mello, em seu artigo sobre a evolução da indústria pernambucana. Esse destaque é dado no momento em que ele próprio (Bezerra de Mello) já tem projetado o fim deste monopólio,⁴⁵ com a implantação, apenas um ano depois, na Fábrica de Apipucos, de uma concorrente para a “menina dos olhos” dos Lundgren que, deixando transparecer os termos da relação que mantêm com seus operários, tentam impedir sua absorção pelas fábricas do Grupo Othon, como indica, abaixo, na continuação do relato de Bezerra de Mello.

⁴³ ALVIM, R. Op. Cit., p. 48.

⁴⁴ MELLO, Othon L. Bezerra. **A Evolução da Indústria...** Op. Cit., p. 55.

⁴⁵ A Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, datada de 30 de setembro de 1929, registra que a instalação da seção de estamperia já existia como um projeto a ser posto em prática na Fábrica Apipucos.

O emissário insistiu e como eu mantivesse meu ponto de vista, retirou-se aborrecido, tendo eu no dia imediato sido procurado pelo Dr. Jonatas Costa, antigo Chefe de Polícia do Estado e advogado da Companhia de Tecidos Paulista, meu velho amigo, que em termos delicados insistia comigo para que atendesse ao pedido do Cel. Lundgren, pois o homem era rico, poderoso e inimigo rancoroso.

Respondi-lhe que não me intimidava o poderio do famoso Coronel e que nada me faria demover do meu ponto de vista. Achava que **os operários, como todo e qualquer cidadão**, tinham o direito de escolher a Fábrica onde quisessem trabalhar e que o **meu espírito liberal** não se conformaria em coagir de qualquer forma a liberdade dos operários.

De então para cá, venho sendo vítima duma guerra surda e cruel, por parte do Cel. Lundgren e de sua Empresa, Companhia de Tecidos Paulista, que se compraz em fabricar em panos inferiores e mais estreitos, para vender por preços mais baixos, todos os artigos que minha Empresa lança no mercado, o que vem me acarretando avultadíssimos prejuízos (...).⁴⁶ [grifos meus].

O procedimento utilizado pela CTP, na intenção de impor suas regras ao grupo rival, sobre a utilização da força de trabalho, revela aspectos de um sistema de dominação ainda fortemente pautado pelo controle direto do trabalhador. O simulacro de liberdade que permitia o ir e vir dos operários, que, “como todo e qualquer cidadão, tinham o direito de escolher a fábrica em que quisessem trabalhar”, desaparece nos momentos limites, em que a força dessa dominação é abalada. O argumento utilizado por Bezerra de Mello, que se autoproclama um industrial de “espírito liberal”, e, portanto, mais atento à necessidade de manutenção deste simulacro de liberdade, está associado ao desejo de demarcar uma posição que julgava oposta à representada pela pessoa do coronel Frederico Lundgren. Contudo, a espera, por oito anos, para tornar pública a suposta pressão que vinha sofrendo, pode significar a existência, talvez inconsciente, de um certo consenso em torno da legitimidade da ação da CTP do coronel Frederico Lundgren, que julgava ter “direito” de exigir que os operários treinados em sua fábrica, embora demitidos, fossem recrutados pelo Grupo Othon. O envio do emissário,

⁴⁶ CIFTA-RJ. **Arquivo de Correspondências**. Carta de Othon Lynch Bezerra de Mello, diretor-presidente do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S. A. ao CIFTA-Rio, datada de Pernambuco em 02 jan. 1937. A iniciativa do envio da carta ao CIFTA-Rio reflete a credibilidade que este Centro vinha alcançando junto à classe dos industriais, porquanto se percebe uma expectativa por parte de Othon pela tomada de providências em torno das denúncias feitas sobre as atitudes, no mínimo pouco éticas, do coronel Frederico Lundgren, diretor da Companhia de Tecidos Paulista, que compunha o Centro de Industriais da Fiação e Tecelagem desde seus primeiros anos de funcionamento.

“José Gordo”, seguido pelo advogado da Companhia, sugere que a atitude do coronel estava imersa num universo cultural compartilhado.

A carta também evidencia as estreitas relações que esses *capitães* ou *coronéis da indústria* podiam estabelecer com a força policial instituída. O ex-chefe de polícia do estado de Pernambuco, que em 1929 era advogado da CTP, é descrito por Bezerra de Mello como um “velho amigo”, o qual procura isentar de qualquer acusação, caracterizando como “delicados”, os termos que utilizou. Mas, no caso da CTP, havia ainda um corpo armado de vigias que lhe garantia o “governo local de fato” no município de Paulista. Um ex-operário da seção de tinturaria, ao descrever seu momento de ingresso na CTP, revela como eram escolhidos os que fariam parte do corpo armado de vigias da Companhia, aqueles que se ocupariam da tarefa de “manjar”.

Aí olhava minha mão grosseira que eu trabalhava no cabo da marreta, batendo, de covoqueiro, né, aí era tudo cheio de calo. Ele disse: “Esse aí tá bom pra manjar”. Pra manjar era o vigia, né. Pra pegar na ficha pra fazer desordem [...] Aí ele disse: “esse aqui ta bom pra manjar”, mas eles disseram: “não, nós vamos botar ele noutra serviço”. Aí ele disse: “então bota pras caldeiras”. Aí me botaram pras caldeiras. Eu disse: “em todo serviço”. Quando me disseram que meu serviço era pra manjar, eu acho que eles pensaram que eu ia dizer que era (silêncio: gesto de apertar o gatilho). [...] “Não, todo serviço eu faço, todo serviço pesado é comigo”. _ “Então vai pra caldeira”.⁴⁷

Diversas outras denúncias são listadas nos trechos seguintes da carta. Os Lundgren, segundo Bezerra de Mello, tentam dificultar a importação de máquinas do Grupo Othon, alegando, junto ao governo federal, a presença de irregularidades no processo. Em 1929, quando a associação das indústrias têxteis já havia aprovado a ideia de suspender todas as importações de máquinas, proclamando a superprodução do setor, o Grupo Othon se encontrava em ampla negociação para implantação de sua seção de estamperia, o que requeria a importação de maquinário apropriado. Ao que consta, o Grupo Othon conseguiu negociar a compra do maquinário no período que compreendeu o final de 1928 – quando a associação de industriais lança a ideia de restrição da importação de maquinário têxtil – até 7 de março de 1931, quando o Governo Provisório de Vargas,

⁴⁷ LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 51.

finalmente, assina o Decreto nº 19.739, que restringia, por três anos, a importação de máquinas para indústrias cuja produção fosse considerada excessiva pelo governo.⁴⁸ O mesmo decreto também obrigava todas as empresas a enviar ao recém criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio uma relação das máquinas da sua indústria, especificamente, “mencionando as que tivessem em atividade, paralisadas ou em concerto, bem como a data da respectiva montagem e capacidade de produção de cada uma”.⁴⁹

A indústria têxtil foi uma das primeiras a ser considerada em superprodução, do que resultou intenso controle, visando impedir que ocorresse uma expansão ainda maior. Qualquer movimentação no sentido de renovar ou acrescentar novos maquinários, prescindia da permissão do Ministério do Trabalho, o que foi, em plena vigência do decreto de proibição, plenamente concedida a Bezerra de Mello.

A importação de máquinas, teares, acessórios e sobressalentes encomendados pela sociedade anônima Cotonifício Othon Bezerra de Mello, de Recife, dependia da permissão que, a seu requerimento, e por despacho de 19 do mês corrente, lhe concedeu o Ministro do Trabalho. E para evitar que pelo cônsul do Brasil em Manchester, se ofereça embarço ao respectivo embarque, o diretor geral do expediente e contabilidade do referido Ministério, solicitou ao seu colega dos Negócios Consulares da Secretaria do Exterior, providências no sentido de ser, por telegrama, solicitado aquele funcionário que permita o livre embarque daquele material.⁵⁰

O Grupo Othon se utilizou de uma abertura no decreto que permitia a importação “quando for provado pelo interessado que a máquina que pretende importar vai substituir uma outra paralisada e inproveitável por alguma causa ou que venha melhorar a produção de sua fábrica.” O Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, concedeu a autorização para importação das máquinas, ao que parece, por considerar – a contragosto e sob protesto dos Lundgren – que a nova seção de estampados do Cotonifício Othon Bezerra de Mello não implicaria maior crescimento da produção neste ramo da indústria.

⁴⁸ CIFTA-RJ. **Relatório da diretoria**. 1929-1933. p. 12.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ A NOITE, Rio de Janeiro, 24 abr. 1931.

A partir dessa decisão do Ministro, instalou-se, no setor têxtil, uma intensa polêmica sobre a adoção de medidas de contenção ao aumento da produção, como a proibição para importação de novos maquinários e a limitação das horas de trabalho do operário. Sobre a primeira medida foi argumentado que se instituiu um claro favorecimento para as fábricas já consolidadas. Isso se explica pela concessão, no referido decreto, para importação de “máquinas novas e peças sobressalentes para reposição de equipamentos e instalações obsoletos e desgastados”,⁵¹ ao mesmo tempo em que proibia a aquisição de maquinário para criação ou ampliação de novos setores. Uma lógica que não se aplicou ao caso das indústrias de Bezerra de Mello que, com a concessão feita pelo Ministro Lindolfo Collor para importação do maquinário, teve concretizada, em 1932, a implantação da seção de estamperia da Fábrica Apipucos, frustrando os supostos investimentos dos Lundgren para tentar evitar a perda do monopólio da estamperia no Norte e Nordeste, que exerciam neste setor há quatro décadas. Dentre as ações que teriam sido executadas com a finalidade de manter o monopólio da CTP, segundo versão do Grupo Othon, estavam atos de sabotagem praticados por operários da Fábrica de Apipucos, que teriam sido subornados pelo coronel Frederico Lundgren para evitar a fabricação dos estampados.

Ao mesmo tempo em que se instaurou um conflito local em torno da disputa por mão de obra e pela perda de monopólios, a nível nacional, a CTP protagonizou uma enorme polêmica quanto aos “interesses das indústrias têxteis do Norte, contra as do Sul”. A limitação do tempo de trabalho do operário para 8 horas diárias nas indústrias de todo o país levou a CTP a produzir um memorial, enviado aos Centros de Industriais do Rio e de São Paulo, no qual acusava as indústrias do Sul, em particular do Rio e de São Paulo, de pretenderem acabar com a concorrência que representava as indústrias do Nordeste.⁵² Segundo a CTP, os operários nordestinos eram dotados de baixa eficiência com relação aos operários do Sul, justificando a necessidade de maior quantidade de horas trabalhadas para que se alcançasse o mesmo nível de produção. Conforme visto, relativamente a

⁵¹ STEIN, Stanley. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 146.

⁵² CIFTA-RJ. **Relatório da diretoria**. Rio de Janeiro, dez. 1938.

momentos anteriores, em meados da década de 1920, a mão de obra do *sertanejo* havia sofrido um encarecimento, embora ainda barata, se comparada aos salários pagos pelas fábricas do Sul.⁵³

A CTP procura explicar a “baixa eficiência” do operário do Norte – principal argumento para justificar a inviabilidade da limitação de horas de trabalho nas fábricas do Nordeste – por critérios técnicos, “e reforçando o determinismo geográfico e o etnocentrismo racista pertencentes ao inconsciente cultural da época”.⁵⁴ Abaixo, segue exposição dos argumentos da CTP, realizado pela diretoria do CIFTA-RJ, com o intuito de rebater suas acusações de que estaria favorecendo indústrias do Rio e de São Paulo.

Diz a Companhia de Tecidos Paulista que na Inglaterra o operário tem rendimento de 95% de sua capacidade de produção, e que em São Paulo, essa eficiência é de 85% e nos outros Estados do Sul é de 75%, ao passo que no Norte não vai além de 40 a 45%, donde se conclui que um operário do Sul tem o duplo da eficiência de um operário do Norte. Nas fábricas do Sul um tear é ocupado por um só operário e não existe no Norte nenhuma fábrica, por menor que seja, em que se possa trabalhar um operário em cada tear, e sim, dois. Nas populações no Norte predominam os elementos primitivos que entram no seu amalgamento – o branco, o negro e os indígenas – formando as chamadas raças de mestiços e mamelucos, quando no Sul, em virtude dos movimentos migratórios, a influência tem sido benéfica em virtude da raça meridional do país. Uma fábrica do Norte tem necessariamente que empregar o duplo do pessoal para obter a mesma eficiência, motivo pelo qual, um operário do Norte não pode ganhar senão a metade do que ganha um operário do Sul.⁵⁵

É interessante observar a maneira como o CIFTA-RJ rebate ao argumento da “baixa eficiência” do operário do Norte. A presença de “elementos primitivos” como razão para certa ineficiência do trabalhador é reforçada, na medida em que é declarado que o fenômeno da entrada do “elemento primitivo” no amalgamento

⁵³ Na seção em que são apresentadas as “Considerações sobre o Memorial da Companhia de Tecidos Paulista”, a diretoria do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro rebate as argumentações feitas pela CTP com relação à suposta desvantagem em função da “baixa eficiência do trabalhador nordestino”, revelando que “as fábricas de tecidos do Sul, principalmente as do Rio e de São Paulo, pagam salários duas a três vezes maiores que as fábricas do Norte, e continua informando que, enquanto a CTP paga em média 116\$000 por operário, as fábricas do Rio pagam o salário médio de 248\$000. CIFTA-RIO. **Relatório da diretoria**. 1938. p. 48.

⁵⁴ Para maiores detalhes sobre o protagonismo da CTP na polêmica em torno da “baixa eficiência do trabalhador do Nordeste”, Cf. LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 289-299.

⁵⁵ CIFTA-RJ. **Relatório da diretoria**. 1938. p. 3.

das populações do Norte, também é observado nas regiões sulinas. Declara ainda o Centro Industrial que:

A quase totalidade do operariado têxtil é brasileira. A porcentagem de estrangeiros é insignificante, bastando observar que no Distrito Federal a quantidade de estrangeiros na indústria de tecidos não alcança 10% do operariado. Nas fábricas do interior, especialmente no Estado de Minas Gerais, essa porcentagem muitas vezes não atinge a 1%.⁵⁶

Todos os argumentos utilizados pela CTP foram rebatidos pelo Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e pelo Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis do Estado de São Paulo, que realizam um inquérito com o objetivo de se certificar sobre o posicionamento de todas as indústrias têxteis do país, como relação à limitação “da duração do trabalho exclusivamente nas seções de tecelagem e algodão têxteis”, e se deve ser “limitado a quarenta e oito ou sessenta horas semanais”. O resultado foi que 165 fábricas se posicionaram a favor da limitação das horas de trabalho, enquanto 48 se posicionam contrárias a essa medida. A maioria das que foram favoráveis optou pela limitação do trabalho em 60 horas semanais.

As divergências entre o coronel Frederico e Bezerra de Mello foram potencializadas por seus posicionamentos declaradamente opostos nessa ocasião. No inquérito realizado pelos Centros Industriais, o Cotonifício Othon Bezerra de Mello aparece na lista das indústrias favoráveis a limitação em 60 horas semanais do trabalho nas seções de tecelagem. No que diz respeito às considerações sobre a presença do “elemento primitivo” e a “baixa eficiência” do operário do Norte, a divergência, ao que parece, também estava presente.⁵⁷ Para Bezerra de Mello, vencida “a fase de educação e preparo do nosso operariado inteligente e apto a

⁵⁶ Ibidem. p. 48.

⁵⁷ As questões pelas quais se digladiavam a classe dos industriais estavam todas remetidas aos trabalhadores, seu recrutamento, treinamento, controle, capacidade. Trata-se de uma concepção dos trabalhadores, pela “fala dos outros”, que não representa, em absoluto, a diversidade de situações, ações e reações experimentadas por esses trabalhadores, em inúmeras situações socioculturais, cada qual específica, porque historicamente constituída. Por outro lado, se a concepção pela “fala dos outros”, nesse caso pela fala dos patrões, não pode expressar uma imagem que contemple as reais características dos trabalhadores, por outro, é na relação necessária entre as classes que essa imagem se constitui historicamente. Cf: PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LEITE LOPES, José Sérgio (Org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1987. p. 53-101.

todos os misteres, a indústria de tecidos (pernambucana) começou colher os frutos de seu trabalho”.⁵⁸

A “guerra surda e cruel” – expressão utilizada por Bezerra de Mello – foi, segundo o próprio, desfechada pela CTP do coronel Frederico em diferentes frentes. À estratégia da fabricação de “panos inferiores e mais estreitos” para serem vendidos a preços mais baixos que os produzidos pelas fábricas do Grupo Othon, é somada, segundo investigação de Leite Lopes, à realização de um requerimento feito por parte da firma Lundgren Irmãos Ltda, do Rio de Janeiro. Essa firma, que cuidava da parte comercial da CTP, entrou com pedido junto ao Ministério do Trabalho, solicitando o registro das marcas “Riachuelo”, “Mescla Riachuelo” e “Guararapes”, adotadas há dez anos pelo Grupo Othon, para assinalar brins e mesclas de sua fabricação, e vendidas em todo o Brasil, pedido este sustado por interferência do governador pernambucano Lima Cavalcanti.⁵⁹

É preciso sublinhar que a Companhia de Tecidos Paulista dos irmãos Lundgren foi uma das primeiras do país a possuir um escoadouro próprio para sua produção de tecidos, com a criação da rede de lojas chamada *Casas Pernambucanas*, fora do Estado, e *Paulistas*, em Pernambuco. Em 1920, segundo Stein, “a Companhia mantinha cerca de duzentas lojas varejistas espalhadas por todo o Nordeste do Brasil, nas quais vendiam sua própria produção e a de outras fábricas”.⁶⁰ A lembrança desses acontecimentos, fortemente presente na família Bezerra de Mello, sugere que a concorrência entre o “velho Othon” e o coronel Frederico ganhou contornos de uma disputa que conservava um “tom patriarcal”, podendo ser caracterizada como um verdadeiro *embate de coronéis*.

O relacionamento do velho Othon com o coronel Frederico não era bom (risos). O nosso com os filhos – depois que ele morreu – era muito bom, mas enquanto eles eram vivos não. Tinha espaço para todos, mas havia uma certa rivalidade. Os Lundgren fizeram as Casas Pernambucanas, nós fizemos as Lojas Riachuelo. Os Lundgrens passaram a ser nosso maior cliente. As Lojas Pernambucanas estavam espalhadas por todo país e compravam bem mais que qualquer outra [...] O problema dele com o velho Othon é que ele mandou tocar fogo nos nossos armazéns de algodão! Naquela época, coisa de pernambucano (risos), tinha meu

⁵⁸ MELLO, Othon L. Bezerra. Op. Cit., p. 53.

⁵⁹ LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 138.

⁶⁰ STEIN. Op Cit., p. 128.

irmão com 18, 20 (fala de Luiz Brito Bezerra de Mello, primeiro dos filhos, à época já membro da diretoria do Grupo) anos na época, pegou os caras que estavam tocando fogo, levou lá pra casa dele e botou no alto de uma árvore e deixou eles lá [...].⁶¹

O incêndio a que se refere Álvaro Bezerra de Mello, ocorrido nos armazéns de algodão de uma das fábricas do Grupo, foi o acontecimento que desencadeou a denúncia de toda uma série de incidentes que vinham ocorrendo havia oito anos, desde o momento em que – conforme consta na carta – houve a recusa da parte de Bezerra de Mello em atender ao pedido do coronel Frederico de que não mais admitisse operários demitidos da Fábrica de Paulista. Então, em 13 de dezembro de 1936, de domingo para segunda-feira, “manifestou-se violento incêndio no almoxarifado de nossa Fábrica Bezerra de Mello, destruindo-o por completo”.⁶²

É preciso, pois, assinalar que as razões apontadas como sendo motivadoras dos supostos atos praticados pelos Lundgren contra Bezerra de Mello e o aglomerado industrial que chefiava não foram construídas sobre um vazio. Em meados dos anos de 1920 e início de 30, quando as fábricas do Cotonifício Othon Bezerra de Mello se encontravam em plena expansão, o recrutamento dos operários da Paulista foi constante. De acordo com relatos colhidos por Leite Lopes, grande contingente de operários de Paulista foi efetivamente transferido para as fábricas do Grupo Othon.⁶³ Não seria, portanto, de estranhar que um homem acostumado ao monopólio do poder econômico e social como o Coronel Frederico Lundgren, empreendesse pesada campanha contra aqueles que ameaçavam, de forma tão contundente, a manutenção de seu poder.

Também é pouco convincente a versão que apresenta o Grupo Othon numa postura sempre passiva diante de investidas tão duras, de acordo com a versão apresentada pelo próprio Grupo. Na pesquisa de campo realizada por Leite Lopes a respeito da experiência da Companhia de Tecidos Paulista, foram ouvidas versões que corriam entre antigos operários das fábricas do Grupo Othon, em que o famigerado incêndio que destruiu quase completamente a Fábrica Bezerra de

⁶¹ Entrevista com Álvaro Bezerra de Mello, concedida à autora em 24 set. 2010.

⁶² CIFTA-RJ. **Arquivo de Correspondências**. Carta de Othon Lynch Bezerra de Mello, diretor-presidente do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S. A. ao CIFTA-Rio, datada de Pernambuco em 02 jan. 1937.

⁶³ LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 138.

Mello teria sido obra dos próprios proprietários da fábrica, para assim conseguirem o dinheiro do seguro.

Essa versão é explicitada, por exemplo, numa entrevista realizada por Leite Lopes com uma operária da Fábrica Amalita, pertencente ao Grupo Othon, a comunista e militante sindical Júlia Santiago. Em seu relato, a operária que havia participado da greve, da qual os trabalhadores saíram vitoriosos em 1952, denuncia ter sido vítima de uma tentativa da administração da fábrica de torná-la culpada do incêndio proposital de um tear – ocorrido num período em que ela se encontrava gozando de férias – para justificar sua demissão por justa causa. Segundo a versão da entrevistada, formou-se um verdadeiro teatro visando intimidá-la, iniciado com sua convocação para uma reunião, na qual é recebida por chefes, gerentes e policiais chamados pela fábrica. A reunião, de acordo com Júlia, teria seguido com o seguinte diálogo:

Olha, nós mandamos lhe chamar porque você tocou fogo numa máquina. Ao que Júlia responde: Olha, me diga uma coisa. Tocar fogo em máquina, eu de férias, só se foi em pensamento, ou será que vocês mandaram tocar fogo na máquina da mesma forma que vocês fizeram quando ganharam com o incêndio da Bezerra de Mello? Porque vocês mandaram tocar fogo num armazém de algodão e com aquele tocado de fogo, que foram vocês que tocaram aquele fogo, ganharam essa fábrica Amalita. Vocês estão querendo outra fábrica através do seguro? Eu acho que vocês deviam inventar outra forma de me pegar porque essa não vai colar!⁶⁴

Se as acusações feitas por Júlia aos representantes do Grupo Othon tinham fundamento, não há como efetivamente comprová-las. O fato é que houve um recuo por parte da administração da fábrica na iniciativa de demiti-la por justa causa. Júlia Santiago ainda permaneceu por algum tempo na fábrica em que era liderança antiga.

Considerações finais

Para Thompson [...] não seria a industrialização que se teria imposto a capitalistas e trabalhadores, com a força de uma lei que regeria suas relações [...] ao contrário, a industrialização seria o resultado de um

⁶⁴ Relato de Júlia Santiago, militante sindical e partidária e operária da Fábrica Amalita, de propriedade do Grupo Othon. apud. LEITE LOPES, J. S. Op. Cit., p. 138.

processo histórico real, como todo processo histórico, único, pouco importando o fato de que, depois, por sua importância e características, ele se tornaria um modelo universal. Para Thompson, a grande indústria moderna é um resultado (histórico) da luta de classes.⁶⁵

Os pressupostos que norteiam a história social permitem que a história do empresariado seja combinada à história do trabalho e dos trabalhadores. O esclarecimento das especificidades e regularidades, possível por meio dessas relações, contribui para afirmação de que as condições em que se deram as relações entre empresário e trabalhadores, e seus efeitos sobre o comportamento social de ambos não se explica por si só, mas vincula-se a transformações históricas mais abrangentes. A perspectiva comparada não se contrapõe à noção *thompsiniana* de que “cada evento histórico é único”, mesmo porque “muitos acontecimentos amplamente separados no tempo e no espaço revelam, quando se estabelece relação entre eles, regularidades de processo.”⁶⁶

É nessa perspectiva que buscou-se evidenciar que o poder e a autoridade, de que se valiam os *coronéis da indústria*, compunham um repertório de elementos que, no processo histórico, foram material e culturalmente sedimentados. A passagem de modos de vida e trabalho anteriores, como do sistema agrícola de produção, por exemplo, para o fabril é um processo marcado por rupturas, tanto quanto por continuidades. Permanecem presentes nas novas condições de vida e trabalho oferecidas pela indústria características simbólico-culturais que marcam as relações sociais que lhes são subjacentes, e que, ao atenuarem a ruptura, funcionam como elementos de consolidação das identidades individuais e sociais dos atores envolvidos neste processo histórico.

Essas “transformações na continuidade” são observadas de modo peculiar no contexto de instalação das fábricas têxteis de Pernambuco, estado fortemente marcado por um passado, no qual os grandes engenhos de açúcar foram transformados em palco, em que diferentes atores sociais protagonizaram experiências de dominação, subordinação, como também de resistência e

⁶⁵ SILVA, Sérgio. Thompson, Marx, os marxistas e os outros. In: THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Unicamp, 2001. p. 64-65.

⁶⁶ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro. Zahar, 1978. p. 97-98.

consenso. As relações sociais historicamente vivenciadas no interior dessa sociedade fortemente hierarquizada, destituída de direitos que permitissem uma resistência institucionalizada por parte dos dominados, foram, em grande medida, marcadas pela coerção física e econômica.

Não obstante, se é verdade que a força e a coerção marcaram as relações sociais nessa sociedade, não é possível prescindir da ideia de que havia outros elementos em jogo. Ao considerar toda a complexidade presente no processo de tessitura dessas relações sociais, as ações e contradições de sujeitos históricos atuando em situações concretas, torna-se possível compreender como a hegemonia cultural da classe dominante foi, ao mesmo tempo, constituindo-se e exercendo considerável peso na manutenção de seu poder.⁶⁷ O “coronelismo”, como definido por Vitor Nunes Leal, pode representar um bom exemplo da manutenção de antigas formas de poder e autoridade, favorecida pela hegemonia cultural de indivíduos, membros de uma aristocracia agrária de poderes políticos decadentes.⁶⁸

Formas “variáveis” desses “coronéis” se fizeram notar na indústria e na política, no estado de Pernambuco, especialmente pela figura dos irmãos Lundgren: Frederico e Arthur Lundgren, proprietários da poderosa Companhia de Tecidos Paulista, a maior do norte do país. Outros industriais, como Othon Bezerra de Mello, também tiveram seus nomes associados ao peso deste título, tão marcado pelo signo do poder e da autoridade. Um poder e uma autoridade construídos a partir de relações sociais fundadas em princípios considerados retrógrados para

⁶⁷ A forma como aqui se mobiliza o conceito de hegemonia cultural corresponde à maneira como Thompson o mobiliza, ao analisar as relações sociais na Inglaterra do século XIII. Afirma o autor: “[...] o controle da classe dominante no século XVIII se localizava primordialmente numa hegemonia cultural, e só secundariamente numa expressão de poder econômico ou físico (militar). Dizer que era “cultural” não é dizer que fosse imaterial, demasiado frágil para análise, insubstancial. Definir o controle em termos de hegemonia cultural não é desistir das tentativas de análise, mas se preparar para a análise nos pontos em que deveria ser feita: nas imagens de poder e autoridade, nas mentalidades populares da subordinação”. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 46.

⁶⁸ Vitor Nunes Leal concebe o “coronelismo como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos de nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.” Cf: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 44.

quem se queria associado ao progresso e aos valores da modernidade, como era o caso de Bezerra de Mello.

Fontes e bibliografia

Entrevista

Entrevista com Álvaro Brito Bezerra de Mello, concedida à autora em 24 set. 2010.

Arquivos

CIFTA.

Fundação Joaquim Nabuco.

Jornais

A PROVÍNCIA, Recife, 8 dez. 1928.

A PROVÍNCIA, Recife. 17 set. 1929.

A NOITE, Rio de Janeiro. 7 mar. 1929.

A NOITE, Rio de Janeiro, 24 abr. 1931.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 3 dez. 1930.

Documentos diversos

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO COTONIFÍCIO OTHON BEZERRA DE MELLO S/A.

CIRANO, Marcos. Joaquim de Arruda de Falcão: contra o rugir da unanimidade.

Perfis parlamentares do século XX. Assembleia Legislativa de Pernambuco, Pernambuco. p. 11. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares.html>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, v. XXIX, n. 135-142, 1928-1929.

Referências bibliográficas

ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade.** Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Estado, Classe trabalhadora e políticas sociais.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil**

republicano: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FORTES, Alexandre [et. al.]. **Na luta por direitos**. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

LEITE LOPES. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: Universidade de Brasília e Marco Zero/MCT/CNPq, 1998.

MELLO, Othon L. Bezerra. A Evolução da Indústria de Tecidos de Algodão em Pernambuco. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambucano**. Recife, v. XXIX, n. 135-142, 1928.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. *In*: LEITE LOPES, José Sérgio (Org.). **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1987.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. *In*: BATALHA, Cláudio H. M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira (Org.). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

SILVA, Sérgio. Thompson, Marx, os marxistas e os outros. *In*: THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

STEIN, Stanley. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História.
Rua Marquês de São Vicente. Gávea.
CEP: 25920000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

Recebido: 08/05/2018
Aprovado: 30/06/2018